



O professor Joaquim Mana dando aula na Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã



Grupo de trabalho com o professor Bané



Grupo de trabalho com o professor Pama



# De índio seringueiro a professor de *hãtxa kuĩ*

No tempo dos patrões tinha um programa chamado Mobral. Eu só estudei duas semanas, eu ainda tinha medo dos brancos. Eles ensinavam nos livros e eu não aprendi nada. As lideranças diziam: Professor branco não é bom. Queremos professores índios. Aí, em 83, escolheram alunos para um curso para professores. Eu me candidatei e me deixaram ir e, desde então, sou professor.

*Prof. Joaquim Mana Kaxinawá*

Joaquim Mana, que naquele tempo trabalhava ainda como seringueiro, foi um dos participantes do primeiro curso para professores indígenas, organizado em 1983, pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). Desde aquele momento, o seu percurso profissional não foi mais interrompido, continuou a participar dos cursos até obter, em 2000, o diploma de Magistério Indígena. Primeiro trabalhou como professor na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, depois na Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã, formando várias gerações de alunos, alguns dos quais, hoje em dia, são também professores. Atualmente ele é presidente da Organização dos Professores Indígenas do Acre, OPIAC, que leva adiante reflexões didático-políticas e estratégias de ação para a educação indígena. Publicou diversos livros didáticos em língua kaxinawá e em português, o último dos quais fruto de uma pesquisa sobre a cultura material da tecelagem feita para sua monografia.<sup>1</sup>

Eu passei no vestibular, estudei cinco anos. Durante esses cinco anos, pesquisei a nossa cultura. Só os brancos escreviam sobre a gente. Então decidi escrever sobre o trabalho das mulheres. Se eu escrevo em português, escrevo para os brancos. Foi por isso que eu escrevi na nossa língua. Para que os nossos jovens aprendam e possam fazer novas pesquisas. Para guardar a nossa memória.

A ênfase que Joaquim dá à importância do escrever em língua *hãtxa kuĩ* (língua verdadeira), conhecida mais comumente como kaxinawá – nome dado pelos não-indígenas – revela a fun-

damental questão política que está subentendida em todas as escolhas linguísticas: desde aquela da transcrição dos sons, passando pela escolha da língua a ser usada nos diversos contextos, até aquela de oferecer um curso de língua *hãtxa kuĩ* para não-indígenas. De fato, este último é o fruto mais recente, e mais um novo passo da história sociopolítica e cultural do povo *Huni Kuĩ* (povo verdadeiro).

A Biblioteca da Floresta Marina Silva, de Rio Branco – Acre,<sup>2</sup> organizou, junto com a CPI/AC e a OPIAC, o primeiro curso experimental de língua *hãtxa kuĩ* para não-indígenas. O curso aconteceu entre fevereiro e maio de 2008, dois dias por semana, num total de 50h/aula. Participaram 23 estudantes, escolhidos por uma comissão que avaliou as motivações dos 40 candidatos, selecionados também com base na possibilidade de promover um retorno sociocultural no âmbito profissional, como consequência da frequência no curso.

O interesse provocado por essa iniciativa foi notável (algumas inscrições vieram até de outros estados), sinal evidente de que os tempos amadureceram. De um lado, propostas culturais nas quais língua e cultura indígenas são o centro do interesse não concernem mais só a antropólogos, linguistas ou indigenistas, mas também a um público mais amplo e heterogêneo, representativo daquela parte da sociedade civil que hoje sabe reconhecer os valores que essas culturas trazem consigo. Por outro lado, existe uma geração de índios que já é capaz de participar de modo ativo, autônomo e original do diálogo intercultural, graças à contribuição fundamental que a formação escolástica lhes proporcionou. Joaquim Mana é um deles.

Devido à sua constante participação durante anos nos cursos de formação, Joaquim é testemunha da evolução sociolinguística desenvolvida ao longo desse percurso. No início, a atenção dos índios era voltada apenas para o aprendizado da língua portuguesa falada e escrita. Gradualmente, estimulou-se o interesse pela possibilidade de escrever também na própria língua. A CPI/AC acompanhou e apoiou esse processo oferecendo consultores como a linguista Ruth Monserrat, que começou o trabalho de reflexão e transcrição da língua *hãtxa kuĩ* no Acre.





Grupo de trabalho com o professor Gilson

Esse tipo de trabalho não era novo. Missionários do *Summer Institute of Linguistics* já tinham começado há muito tempo seus estudos com os Kaxinawá do Peru, publicando, nos anos 70, alguns materiais em espanhol sobre a gramática e a escrita Kaxinawá, logo depois traduzidos para o português.

Ao contrário, absolutamente novo era o debate promovido entre os índios sobre as modalidades de estabelecer as convenções gráficas da própria língua: não um linguista que fizesse uma análise desta para produzir uma grafia baseada nas visões e necessidades do pesquisador, mas sim reflexões e consequentes decisões dos mesmos falantes indígenas. Certamente uma inovação de importância indiscutível, que marca a diferente aproximação política e histórica da CPI/AC na formação de figuras profissionais indígenas.





Para realizar o material didático para o curso, partimos daquilo que já existia: de uma publicação de Susan Montag, do Instituto Linguístico de Verão, realizada com base nos dados recolhidos entre os Kaxinawá do Peru e de um pequeno trabalho de gramática *hãtxa kuĩ* da linguísta e consultora da CPI/AC, Adair Palácio, realizado no início dos anos 90 com a colaboração do próprio Joaquim Mana.

Para que o material peruano fosse utilizável, tivemos que fazer uma transposição da grafia com base nas convenções adotadas pelos professores *Huni Kuĩ* do Acre. De fato, o material do Instituto Linguístico de Verão não só responde a normas gráficas estabelecidas pelos pesquisadores, mas também faz referência às regras de transcrição fonética da língua espanhola. Por esses motivos não era adequado para uma utilização imediata.

Foram consultadas também as publicações da Eliane Camargo, mas sem adotar as suas propostas com relação à grafia de alguns sons da língua *hãtxa kuĩ*, seja porque surgem como “reflexões de pesquisador”, seja porque propõem novidades que poderiam criar confusão entre os *Huni Kuĩ* do Acre, que já fixaram suas convenções gráficas. Além disso, os professores *Huni Kuĩ*, reunidos em Plácido de Castro em 2006, determinaram que até 2016 não se farão mudanças na grafia *hãtxa kuĩ*, mas eles se limitarão à observação dos eventuais problemas que possam surgir.

Cada lição foi estruturada em três momentos. Na parte inicial da aula, o professor Joaquim apresentou a história e o dia a dia do seu povo por meio de vídeos que sempre foram muito apreciados pelos estudantes, pois oferecem uma visão ampla e imediata da realidade *Huni Kuĩ*.<sup>3</sup>

Para a segunda parte da aula, a central, como de hábito, elaboramos e propusemos um diálogo escrito, criado especificamente para trabalhar primeiramente a pronúncia, depois os conteúdos gramaticais escolhidos.<sup>4</sup> A última parte da aula foi totalmente dedicada aos exercícios para consolidar os assuntos elaborados na unidade didática.

No início do curso, o linguísta especialista em línguas Pano, Aldir Santos de Paula, professor da UFAL e consultor da CPI/AC, organizou uma interessante lição introdutória ao *hãtxa kuĩ*, oferecendo, assim, uma visão panorâmica sobre o idioma e tirando algumas dúvidas iniciais.

Grupo de trabalho com  
o professor Ibã

Joaquim Mana durante  
o curso de *hãtxa kuĩ*



Contamos ainda com a colaboração de alguns professores indígenas<sup>5</sup> no período em que eles presenciavam o curso de formação da CPI/AC. Essa participação permitiu realizar algumas aulas de conversação em pequenos grupos, possibilitando aos estudantes exercitar a complexa pronúncia *hãtxa kuĩ* e as estruturas sintáticas e gramaticais aprendidas. Os professores se mostraram disponíveis e entusiastas com a experiência e nada surpresos com a novidade da iniciativa, demonstração de que o diálogo intercultural, hoje, pode ser alimentado ativamente também por essa parte da sociedade que, até pouco tempo, era considerada apenas como beneficiária desse tipo de projeto.

Além do mais, o círculo virtuoso aberto pela escola indígena só em parte se fecha com esse tipo de "restituição de diálogo" porque, na realidade, continua a produzir seus efeitos; às vezes agradavelmente inesperados, como o que se revelou no final do curso, durante a elaboração de uma síntese gramatical dos materiais produzidos. Naquela ocasião, Joaquim afirmou:

Esse material que produzimos vai ser útil para o próximo curso de formação de professores indígenas da Secretaria de Educação: vou usá-lo com os professores Kaxinawá que ainda não sabem falar o *hãtxa kuĩ*, mas que querem recuperar o conhecimento da própria língua tradicional.

O propósito assim expresso por Joaquim revela que a meta alcançada, provavelmente, superou as melhores expectativas: de fato, em apenas três gerações, um povo que, no tempo dos seringais, vivia em uma situação de submissão, graças às possibilidades abertas pela escola indígena, hoje pode contribuir ativamente para as escolhas do próprio futuro, o que demonstra que o curso da história mudou. Prova disso se tem na própria história familiar do Joaquim. O seu pai, Reginaldo, sonhava com um futuro melhor para ele, e o seu filho, Zezinho, testemunha o alcance desse sonho também com a sua profissão de cineasta.<sup>6</sup> A esse propósito é significativo o diálogo entre neto e avô tirado do filme *Filmando Mana Bai*:

– Por que que você quis que meu pai estudasse?

– Eu queria ver a capacidade dele virar patrão. Patrão, padre, doutor, ou alguma coisa no futuro dele. E aí ele virou professor.

É interessante notar que essa história de escola indígena, iniciada há 25 anos, no Acre, vive hoje de vida própria e continua a produzir e entretecer ações sinérgicas que, em um tempo relativamente breve, contribuíram para o resgate sociocultural e político do povo *Huni Kuĩ*, capaz, hoje, de alimentar o diálogo intercultural oferecendo iniciativas novas e interessantes, como essa recente do curso de *hãtxa kuĩ* para não indígenas.

1. Em 2006, o professor Joaquim Mana formou-se pela Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) no curso de Licenciatura para Professores Indígenas.

2. A Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva é uma recente instituição do Governo do Estado. Possui um acervo sobre os Povos da Floresta. Apoiou a iniciativa e ofereceu a própria sede como local para o curso experimental de *hãtxa kuĩ*.

3. Muitos desses vídeos foram feitos por Zezinho Kaxinawá, filho de Joaquim Mana e representante de uma nova geração de índios cineastas formados pela Vídeo nas Aldeias, ONG parceira da CPI/AC.

4. A elaboração dos diálogos e de todos os materiais didáticos foi uma tarefa bastante complexa que sempre exigiu muitas horas de trabalho. Primeiro, escolhíamos juntos os temas a tratar, depois eu aprofundava o estudo dos aspectos gramaticais e sintáticos relativos aos temas e anotava dúvidas e problemas que, em seguida, resolvia com o Joaquim. Ele, depois de uma profunda reflexão sobre sua própria língua, dava as explicações. Só no fim desse processo, produzíamos o material didático, dando especial atenção ao fato de que a regra gramatical ou sintática já surgisse junto com o uso da língua e só em seguida fosse ressaltada com a explicação teórica. Deve-se dizer, também, que nem sempre pudemos dar explicações gramaticais mais aprofundadas: certamente estas teriam sido possíveis com o apoio de um linguista.

5. Isaias Sales Ibã da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, professor há 25 anos; Fernando Henrique Kaxinawá (Pama) da Terra Indígena Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu, professor há 10 anos; Aldenir Mateus Kaxinawá (Bane) da Terra Indígena Rio Humaitá, professor há 9 anos; Gilson de Lima Kaxinawá da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapaná, professor há 5 anos.

6. Zezinho é também Agente Agroforestal Indígena (AAFI) formado pela CPI/AC; começou os seus estudos em 2000.

## Referências

CAMARGO, Eliane. 1995. *Léxico Caxinauá Português*. Paris: Association d'Éthnologique Amerindienne (A.E.A.).

CARDONA, Giorgio Raimondo. 1985. *La foresta di piume: manuale di etnoscienza*. Bari: Laterza.

CPI / AC (Comissão Pró-Índio do Acre). 2001. *Festejando 22 anos de história*. Rio Branco.

CPI / AC (Comissão Pró-Índio do Acre). 2002. *Índios no Acre: história e organização*. Brasília: MEC.

MANA KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. 2006. *Nuku kene kena xarabu*. Brasília: CAPEMA/MEC/SECAD.

MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. 1978. *Cartilha da Língua Kachinawa 1*. Manaus.

MONTE, Nietta Lindenberg. 1996. *Escolas da floresta: entre o passado oral e o presente letrado*. Rio de Janeiro: Multiletra.

MONTAG, Susan. 1979 (Brasil 2004). Lições para a aprendizagem da língua Kaxinawá. *Dados Etnolinguístico*, n.59. Instituto Linguístico de Verano. Lima: Ministerio de Educación.

MONTAG, Susan. 1981. *Diccionario Cashinaua*. Tomo I e II. Serie Linguística Peruana n. 9. Instituto Linguístico de Verano. Marinacocha: Editora Mary Ruth Wise.

Daniela Marchese  
Doutoranda em Antropologia na Universidade de Siena, Itália.  
Coordenadora, junto ao professor Joaquim Mana, do curso de  
*hãtxa kuĩ* para não-indígenas.